



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
GABINETE DO MINISTRO

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 06/2023

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

Nome da autoridade competente: LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Número do CPF: **.413.698-**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 1º de janeiro de 2023, nomeação do Ministro.

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: SECRETARIA DE ABASTECIMENTO, COOPERATIVISMO E SOBERANIA ALIMENTAR - SEAB

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG 490002 - Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar / Gestão 001

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento e execução do objeto do TED: UG 490002 - Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar / Gestão 001.

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Nome da autoridade competente: Alfredo Macedo Gomes

Número do CPF: 419.720.744-15

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 153080 - Universidade Federal de Pernambuco

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: 113430 - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

3. OBJETO:

Contribuir e viabilizar ações de comercialização e de acesso a mercado previstas e ações previstas no Projeto “Universidade e Movimentos Sociais pela Soberania Alimentar: organização popular, agrobiodiversidade e sementes crioulas”.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

1. **Promover a comercialização de produtos da sociobiodiversidade e doação de 20 toneladas de alimentos** através do VALE FEIRA CAMPONESA, compreendendo o Dia Mundial da Alimentação para

famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica;

2. **Aquisição de sementes crioulas para a distribuição**, sendo as variedades de: milho, feijão, amendoim na casca, raquete de palma, gergelim e adubação verde. A distribuição será realizada para famílias camponesas do semiárido, durante a realização do X SENASEC (Seminário Nacional da Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas), de 02 a 05 de outubro de 2023, na UFPE.

3. **Viabilizar a participação de 300 camponeses** e camponesas para participar da Feira de troca de sementes e de comercialização de alimentos e produtos de família camponesas, que entre os dias 02 a 05 de outubro de 2023, na UFPE. A feira será um espaço de:

- a. Compartilhar sementes crioulas e saberes sobre a convivência com o semiárido.
- b. discussão sobre a participação nas políticas de compras públicas e acesso a novos mercados de produtos da Bioeconomia.
- c. fomentar negócios e abertura de mercados para produtos da agricultura familiar e extrativistas;
- d. difusão da Campanha Sementes da Vida, através da troca e distribuição de sementes crioulas diversas;

4. **Produção de materiais de divulgação e comunicação da Feira** de troca de sementes e de comercialização de alimentos e produtos de família camponesas.

5. **Gestão de projetos via Fundação.**

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) tem como missão fortalecer e apoiar a comercialização e acesso a mercados para os agricultores familiares, de agricultores assentados da reforma agrária, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas, de agricultores urbanos e periurbanos, assim como seus empreendimentos e organizações econômicas. Considerando que o Governo Federal está concentrando esforços para reconstrução das políticas públicas para aquisição e comercialização de alimentos, a atuação da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB/MDA), busca o fortalecimento das parcerias entre as Universidades e o MDA na orientação e formulação democrática das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

Considerando que a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) realiza atividades de pesquisa, ensino e extensão com a agricultáveis familiar, firma-se esta parceria com vistas à qualificação das feiras regionais como espaço de comercialização, trocas de saberes e divulgação dessas práticas. A parceria com a Universidade será fundamental para viabilizar o acesso ao mercado, fortalecendo a participação destes agricultores em feiras, estimulando os circuitos curtos de comercialização, apoio a cooperativas, buscando valorizar os produtos da agricultura familiar. A UFPE, tem seu Campus central no município de Recife - PE. Uma região que demanda ações e políticas públicas que versam pela promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, o combate a Fome e a efetivação dos Direitos Humanos da população nordestina. Atualmente a universidade é reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação, e por sua capilarização no Nordeste buscando contribuir com o desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural. Cabe ressaltar a abordagem interdisciplinar com ênfase na demanda por soluções tecnológicas de produtos e processos inovadores e, a necessidade em desenvolver tecnologias sociais com vistas à redução das desigualdades.

Nesse contexto, o projeto “Universidade e Movimentos Sociais pela Soberania Alimentar: organização popular, agrobiodiversidade e sementes crioulas” reafirma a *expertise* da UFPE, no que tece a oportunidade de realizar cooperação técnico-científica, intercâmbio dos saberes científico, técnico e popular, e de experiências, e o amplo debate sobre políticas públicas que versem sobre a sustentabilidade econômica, ambiental e cultural, além de oportunizar não apenas o fortalecimento de iniciativas em pró da soberania alimentar e do enfrentamento à fome, mas também o comércio justo e solidário, o reconhecimento e a valorização da Agricultura Familiar Agroecológica, o estímulo à produção e ao consumo de alimentos mais saudáveis, assim como o impacto e a transformação social.

O recente quadro de retorno do Brasil ao mapa da fome demonstra o quanto essa problemática ainda atravessa a realidade brasileira, ontem e hoje, particularmente os territórios marcados pela questão regional. Nos anos seguidos após o fim da primeira grande pandemia do capitalismo contemporâneo, avançam as constatações de que a questão social, agravada e explicitada durante esse período, permanece ainda mais viva e pulsante, aprofundando as desigualdades sociais e regionais, o que faz da cidade de Recife a capital mais desigual do Brasil. Pesquisas mais recentes revelam tendências, expressas em números alarmantes, do aumento das famílias em situação de pobreza no município junto ao aumento vertiginoso do custo de vida e consequente diminuição do poder de compra de trabalhadores/as. Esse quadro também aponta para o aprofundamento da questão urbana.

Considerando que a questão urbana e a questão agrária são profundamente imbricadas e, portanto, as formas de enfrentá-las assumem um potencial quando também articuladas, é preciso entender a importância das diversas iniciativas de resistência coletiva na luta pelo acesso à terra; pelo desenvolvimento de formas de produção de alimentos saudáveis, considerando a agrobiodiversidade e a preservação das sementes crioulas no semiárido; na defesa de pautas importantes como o direito básico à alimentação, ao trabalho e à renda cidadã que responda às necessidades básicas da humanidade no nosso tempo histórico.

O tema da soberania alimentar torna-se, nesse contexto, fundamental. E, por isso, entende-se que o presente projeto completa a relação com as diretrizes da extensão, em especial, aquela que diz respeito ao impacto e transformação social. Tendo em vista que os produtos com fim de mercados internacionais são provenientes do monocultivo em grandes áreas agrícolas pelo agronegócio. Setor que confere denúncia de destruição de nascentes, sistemas intensivos de aplicação de agrotóxicos na plantação, responsável também pelo aumento do desmatamento, ao tempo em que são maiores beneficiárias de políticas públicas de incentivos e beneficiários de créditos, além de registrar os menores números de emprego da mão de obra no campo.

De acordo com o censo agropecuário realizado em 2006-2009, evidenciou-se que a Agricultura Familiar é predominante na área rural, respondendo pela maioria das ocupações e da maior produção que abastece o comércio doméstico, o que evidencia a capacidade produtiva que contempla os saberes científico, técnico e popular. O perfil das/os agricultoras/es caracteriza-se pela baixa escolaridade, dificuldade no acesso às políticas públicas e vulnerabilidade social.

Essas/esses agricultoras/es, em decorrência da produção em pequena escala, da relação familiar e seus significados em detrimento da mecanização e da utilização de lógicas alternativas e tradicionais que geralmente versam pela identidade tradicional, cultura e agroecologia, não conseguem atuar no mercado do agronegócio globalizado, sendo esse compreendido como práticas produtivistas globalizadas que exploram ao máximo o trabalho humano e a terra, focam no lucro, utilizam produtos sintéticos e a mecanização no processo de produção e colheita.

O debate fica ainda mais caro quando o debate se relaciona com a Caatinga, que ocupa, de acordo com o IBGE (2019), o equivalente a 10,1% do território nacional, que condiz a 70% do território nordestino. Isso porque é uma região que historicamente sofre com as práticas agrícolas, com o latifúndio e agronegócio, que contribuíram para acelerar a sua degradação, como: a supressão da vegetação nativa, uso indiscriminado do fogo, uso de insumos químicos, plantios em margens de rios e açudes e pastoreio excessivo.

O que gera consequências na sociobiodiversidade, pois: suprime Direitos Humanos das/dos agricultoras/es familiares, a exemplo das disputas violentas pelo “território”; estimula o consumo de alimentos industrializados, transgênicos; a devastação da biodiversidade; o uso intensivo de agrotóxicos; monocultivos; precarização das condições de trabalho e de vida das/os trabalhadores/as rurais; ignora a identidade alimentar e regional e identifica o alimento como mercadoria e não como “Direito Humano”, em detrimento da justiça social; padronização dos hábitos alimentares; estímulo ao consumo de alimentos industrializados ultraprocessados; recusa/omissão de informações aos consumidores/as, além de reforçar a fome, o êxodo rural, a desigualdade social/étnico-racial e rejeita as práticas e saberes tradicionais. Sobre isto, é preciso reforçar a importância considerada por este projeto da relação com a diretriz da extensão que trata da interação dialógica que está devidamente contemplada na proposta metodológica.

Considerando a perspectiva urgente de acesso as políticas institucionais de comercialização, fomento e elaboração de estratégias de novos mercados, a feira é uma oportunidade de apresentar, discutir e comercializar os produtos da sociobiodiversidade organizados pelos camponeses e camponesas de todo Brasil sob os princípios da agroecologia, em suas dimensões. É o momento de valorização, trocar e difusão de conhecimento e saberes locais e territoriais para todo país. A popularização dos alimentos da sociobiodiversidade tem por finalidade a construção de uma cultura alimentar que associe novos hábitos alimentares com formas de organização da produção e convivência com o ambiente. Para isso, feiras da agricultura, como a proposta neste projeto são fundamentais para cumprir este objetivo, pois quando se articular a um amplo processo de mobilização e formação, gera consciência e descobertas de novas experiências a partir dos contatos e das trocas.

Para isso, é de fundamental importância a utilização dos espaços da Universidade, objetivando condições favoráveis para realização das ações planejadas. Estas e, de modo específico, os fazeres no âmbito da extensão, buscarão um diálogo interdisciplinar, interprofissional e transversal, transpondo fronteiras não somente departamentais, mas institucionais. Para tal, a proposta é desenvolver atividades que contemplem também um público externo à instituição, possibilitando uma troca de conhecimentos por meio de uma prática dialógica, do exercício da função social da universidade pública, em especial daquilo que, enquanto diretriz de extensão é conhecido como interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Isto tendo em vista que a proposta de extensão aqui apresentada demanda um conjunto de conhecimentos que envolve áreas situadas tanto nas Ciências agrárias e biológicas como nas Ciências sociais e humanas.

Dentre as contribuições dos diversos campos do saber, alguns outros apontamentos se justificam no âmbito desse projeto, como o debate da diversidade genética das espécies e a troca de sementes que apresentamos brevemente a seguir.

As sementes crioulas, segundo a legislação brasileira também chamadas de sementes de variedade local ou tradicional, são aquelas conservadas e manejadas por agricultores familiares, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais e que, ao longo de milênios, vêm sendo permanentemente adaptadas às formas de manejo dessas populações e aos seus locais de cultivo.

Buscando assegurar a manutenção e a disponibilidade de sementes adaptadas às suas condições de cultivo, muitos grupos de agricultores do semiárido desenvolveram uma diversidade de estratégias baseadas nos seus conhecimentos sobre as características das variedades locais, formas de armazenamento e manejo.

Os bancos de sementes familiares constituem uma tradição importante em muitas comunidades rurais em grande parte do Nordeste. Nesses casos, as sementes, que são ano após ano selecionadas e melhoradas, são conservadas na propriedade rural e os conhecimentos a elas associados são passados de geração para geração.

A diversidade genética das espécies é crucial para manter a capacidade natural de responder à mudança climática/crise climática e a todos os tipos de estresses bióticos e abióticos. Entretanto, o que se observa recentemente é uma perda acentuada da diversidade genética. Portanto, os processos agrícolas devem examinar com cuidado a perda das variedades locais. Deve-se ter sempre em mente que qualquer variedade moderna é oriunda de uma variedade local, e ter atenção especial à perda de genes. A irreversível perda de genes é o maior problema.

As trocas de sementes criam uma dinâmica própria para o uso e a conservação das variedades locais. A estratégia das feiras de trocas de sementes ajuda a identificar áreas de alta diversidade, variedades locais desconhecidas, agricultores guardiões de sementes. Com isso, reconhece-se os reais possuidores da diversidade genética e do conhecimento associado a ela. A feira de sementes é uma prática em que estão envolvidos diversos atores de origens geográficas distintas e em arranjos institucionais múltiplos. A diversidade e a existência de sementes crioulas nas mãos dos camponeses permitem assegurar a abundância e a diversidade alimentar em cada comunidade, servindo de base para uma alimentação adequada, saudável e permitindo o desenvolvimento desejado pelo campesinato.

Tendo isto em mente, ressaltamos a importância do resgate das sementes crioulas junto aos camponeses e camponesas do semiárido. Com o contexto atual, é necessário entender que as sementes se tornam um elo de resgate e multiplicação de sabores e saberes do bioma do semiárido. Sua distribuição favorece a produção de alimentos saudáveis e adaptados ao ambiente, bem como a resistência e existência dos bancos de sementes dos camponeses e das camponesas que guardam sementes de gerações passadas. A partir das sementes crioulas é possível haver o resgate dos saberes, diálogos e debates com as comunidades.

Diante dessa realidade, é preciso (re)pensar políticas públicas que evidenciem um novo sistema de abastecimento no semiárido, que verse pelas práticas agroecológicas, que reconheça e valorize os saberes e modos de produção tradicionais, que tenha comércio justo e equânime; que seja sustentável de forma econômica, ambiental e cultural; que compreenda as singularidades dos povos das águas, terras, matas; que tenha aproximação entre todo o processo produtivo e as/os consumidoras/es; que estabeleça trocas e saberes compartilhados e participativos e que resgatem a identidade alimentar brasileira e paute-se na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Estudos demonstram que a alimentação saudável pode ser fator de promoção, proteção, prevenção e tratamento para as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), sendo essas responsáveis por 72% das mortes, atingem as pessoas de todas as classes sociais, com destaque para aquelas que se encontram vulneráveis frente aos Determinantes Sociais de Saúde a exemplo das/os moradoras/es da periferia, com baixa escolaridade e renda.

Esta prevalência de DCNT é reflexo, também, dos novos hábitos alimentares da população brasileira, onde predomina o consumo de alimentos industrializados em detrimento das frutas, legumes, verduras; a substituição do almoço e jantar por lanches rápidos (com baixo valor nutricional); a troca das refeições em família por alimentação fora do lar “fast foods”, que somados à ausência da Educação Alimentar e Nutricional fortalecem esse perfil epidemiológico.

Nessa perspectiva, o projeto pretende fortalecer iniciativas como a formação da rede pernambucana de educadores/as em prol da soberania alimentar e no enfrentamento a fome de forma intersetorial e compartilhada/participativa/interdisciplinar com as/os agricultoras/es familiares e a comunidade, oportunizando o comércio justo e solidário, o reconhecimento e valorização da Agricultura Familiar Agroecológica com estímulo à produção e ao consumo de alimentos que versem pela sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural. Isto certamente trata-se de uma importante oportunidade de formação para o conjunto de estudantes que compõem atualmente a comunidade acadêmica, contemplando, por fim, mais uma diretriz da extensão que trata sobre o impacto na formação de estudantes.

Portanto, tanto a feira como o seminário fazem compõem a campanha permanente Sementes da vida, em defesa das sementes crioulas. Mesmo, a diversidade e a integridade do patrimônio genético estando expressamente garantidos pela Constituição Federal nos artigos 216 e 225, algumas leis como a Lei de Sementes e Mudanças, Lei de Proteção de Cultivares e a Lei Patentes impactam diretamente na agrobiodiversidade e no direito dos camponeses à preservação e multiplicação das sementes crioulas.

Razões, que credenciam a feira como espaço de fortalecimento da luta em defesa das sementes e da vida, igualmente da na luta por acesso e direito de produção a comida saudável como, como dever do Estado, direito do povo, compromisso camponês.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

Sim

Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Observação:

1) Podem ser marcadas uma, duas ou três possibilidades.

2) Não é possível selecionar forma de execução que não esteja prevista no Cadastro de Ações da ação orçamentária específica, disponível no SIOF.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

 Sim Não

Gestão de projeto via FADE

Observação:

1) O pagamento de despesas relativas a custos indiretos está limitado a vinte por cento do valor global pactuado, podendo ser excepcionalmente ampliado pela unidade descentralizadora, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da unidade descentralizada e aprovação da unidade descentralizadora.

2) Na hipótese de execução por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Promover a comercialização de produtos da sociobiodiversidade e doação de 20 toneladas de alimentos	Un	1	R\$ 117.740,00	R\$ 117.740,00	Agosto/2023	Dezembro/2023
PRODUTO	Embalagens e etiquetas para sementes e para feira						
	Locação de tendas, barracas e banheiros de tamanhos variados para a Feira						
	Conjuntos de mesas com cadeiras						
	Locação de equipamento (freezers), som e palco						
META 2	Aquisição de sementes crioulas para a distribuição	Un	1	R\$ 155.000,00	R\$ 155.000,00	Agosto/2023	Dezembro/2023
PRODUTO	Sementes crioulas						
META 3	Viabilizar a participação de 300 camponeses e camponesas	Un	1	R\$ 78.512,34	R\$ 78.512,34	Agosto/2023	Outubro/2023
PRODUTO	Café da manhã para os participantes						
	Locação de ônibus e vans						
META 4	Produção de materiais de divulgação e comunicação da Feira	un	1	R\$ 88.000,00	R\$ 88.000,00	Agosto/2023	Outubro/2023
	Material de comunicação (banners, telão, palco, outdoor, etc.)						
	Material de divulgação (camisetas, copos e bonés)						
	Contratação de pessoa física para filmagem e fotografia						
	Contratação de apresentações culturais						
MATA 5	Gestão de projetos via Fundação			R\$ 30.747,66	R\$ 30.747,66	Agosto/2023	Dezembro/2023
	Taxa de gestão de projetos da Fundação						

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLS

MÊS/ANO	VALOR
Agosto	R\$ 470.000,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
3390.39	Não	R\$ 439.252,34

3390.39	Sim	R\$ 30.747,66
<i>Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.</i>		
12. PROPOSIÇÃO		
Alfredo Macedo Gomes Reitor da Universidade Federal de Pernambuco		
13. APROVAÇÃO		
Luiz Paulo Teixeira Ferreira Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA		

Observações:

1) Em atenção ao disposto no § 2º do art. 15 do Decreto no 10.426, de 2020, as alterações no Plano de Trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizados por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovadas pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada.

2) A elaboração do Plano de Trabalho poderá ser realizada pela Unidade Descentralizada ou pela Unidade Descentralizadora.



Documento assinado eletronicamente por **ALFREDO MACEDO GOMES, Usuário Externo**, em 29/08/2023, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo Teixeira Ferreira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**, em 31/08/2023, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30540573** e o código CRC **90F11D57**.